

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Psicologia

**Família e escola: encontros e desencontros, desafios e possibilidades**

Maria Eduarda Bonfante

Trabalho de Conclusão de Curso

Porto Alegre, 2017

# **Família e escola: encontros e desencontros, desafios e possibilidades**

Maria Eduarda Bonfante

Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Psicóloga, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Beatriz de Lucca Freitas.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Psicologia

Porto Alegre, 2017

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais e à minha família, que me proporcionaram todo o apoio para que eu pudesse seguir em busca dos meus objetivos. Pela dedicação, pela paciência, por terem me ensinado a seguir sempre em frente e por terem percorrido ao meu lado este, literalmente longo, caminho.

Especialmente ao meu afilhado Antônio, que esperou ansiosamente pelo fim deste trabalho. Obrigada por me fazer ver o mundo com os olhos de uma criança novamente.

Aos meus amigos, aos colegas que se tornaram amigos e ao meu companheiro Guilherme, agradeço por terem tornado a jornada mais leve, por estarem comigo nos momentos bons e nos mais difíceis também.

À minha orientadora Lia, pela atenção e compreensão e à professora Giana por ter aceitado meu convite para comentar este trabalho.

Agradeço a todos aqueles que me apoiaram e se fizeram presentes de alguma forma.

*“Quando a loucura é rotina, cada um encontra seu método para se manter são.”*

Flávio Voight

## Sumário

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Apresentação.....	8
Família e escola: aspectos históricos.....	9
As mudanças na família no Brasil: estaria a família em crise?.....	12
Família e escola: quais seus papéis?.....	16
Relação família-escola: dificuldades, vantagens e possibilidades.....	17
Dificuldades.....	18
Vantagens e possibilidades.....	19
Considerações Finais.....	21
Referências.....	24

### **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo compreender a relação família-escola, por meio de uma revisão não sistemática da literatura sobre esse assunto. Ambos os contextos são fundamentais para o desenvolvimento humano e têm diferentes funções no que diz respeito à socialização e à educação das crianças e dos adolescentes. Inicialmente, revisam-se alguns aspectos históricos referentes a mudanças ocorridas nesses dois contextos ao longo do tempo. A seguir, considerando-se essas diversas mudanças ocorridas tanto na família quanto na escola, questiona-se a ideia de que, atualmente, haveria uma crise na família. Por fim, apresentam-se algumas das principais dificuldades, assim como vantagens e possibilidades de uma maior aproximação entre família e escola.

Palavras-chave: família; escola; relação família- escola.

### **Abstract**

This study has as its goal to understand the family–school relation, by way of a non-systematic review of the literature on this topic. Both contexts are fundamental to human development and have different functions with respect to the socialization and education of children and adolescents. Some historical facts relevant to the changes that have occurred in these two contexts over time will first be discussed. Subsequently, based on the various changes that have taken place both within the family and at school, the idea that currently there is a crisis in the family will be questioned. Finally, some of the principle difficulties will be presented, together with the advantages and possibilities of a greater approximation between home and school.

Keywords: family; school; family-school relationship.

## **Apresentação**

Este trabalho tem como objetivo uma análise da temática família- escola. Abordam-se aspectos históricos, apresentando mudanças ocorridas desde a Idade Média até os tempos atuais, seguido por uma discussão acerca das transformações e da suposta “crise” da família. Realiza-se ainda um levantamento a respeito das principais funções da família e da escola, bem como das dificuldades, dos benefícios e das possibilidades para que uma boa relação entre ambas seja estabelecida. Para tanto, foi realizada uma revisão não sistemática da literatura, com busca de artigos nas bases de dados Scielo, Pepsic, IndexPsi e Lilacs e consulta a livros e outros materiais conforme assuntos tratados. Inicialmente, a busca na base de dados foi realizada a partir das expressões “família e escola” e “relação família escola”. Posteriormente, foram consultados outros artigos de acordo com a necessidade de referências, utilizando-se as expressões “surgimento da escola”, “origem da escola”, “mudanças na família” e “crise na família”.

O interesse pela temática surgiu após as experiências de estágio, realizadas em duas escolas e na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no atendimento de famílias e casais. A partir dessas experiências e tendo em vista a importância de ambos para um desenvolvimento integral do indivíduo, buscou-se uma maior compreensão desses dois contextos e da relação entre elas.

## **Família e escola: aspectos históricos**

A família e a escola desempenharam funções importantes na sociedade ao longo da história. A família sempre foi objeto central na sociedade, uma vez que é a primeira unidade a qual o indivíduo pertence. Ambas sofreram muitas transformações ao longo dos séculos e desde seu surgimento vem alterando sua estrutura e função.

A família, durante a Idade Média, era muito mais uma realidade moral e social do que sentimental (Ariès, 1981). Ela tinha como principal objetivo o estabelecimento de uma relação de ajuda mútua, a conservação dos bens, o ensino e a prática de um ofício e a proteção da vida e da honra. Para Ariès (1981), o amor e o afeto não eram priorizados e eram até mesmo condenados pela sociedade e pela igreja. Para Vieira (1998), a construção da família e a relação do casal basearam-se em regras de convivência pouco condizentes com o sentimento de amor e estavam muito mais ligadas a aspectos que diziam respeito à sobrevivência e a proteção de seus membros.

De acordo com Ariès (1981), como a família não era considerada um espaço onde se priorizavam as trocas afetivas, estas ocorriam principalmente através dos amigos, dos criados e da vizinhança e a sociabilidade ocorria principalmente através de visitas, encontros e festas com os demais membros da comunidade. Assim, a socialização das crianças também não acontecia no ambiente familiar, e a transmissão dos conhecimentos e a preparação para os papéis na vida adulta eram assumidas por vários indivíduos, grupos e instituições, como vizinhos, professores, escola e igreja.

A socialização das crianças se dava, principalmente, através do contato com a comunidade. Segundo Carvalho (2004), educar, no sentido de criar as crianças, não era atribuição exclusiva dos pais e da família. Todos estavam envolvidos nesta tarefa, onde o principal objetivo era o de ensinar a criança alguma função que ela pudesse desempenhar para contribuir ativa e economicamente na família e sociedade. Desta forma a criança adquiria conhecimento doméstico, que na época era considerado digno por ser a única espécie de serviço experimentada, ao menos nas comunidades menos favorecidas economicamente (Almeida, 2014). A aprendizagem da prática de um trabalho era importante em uma sociedade na qual a escrita e o saber formal não ocupavam um lugar essencial na vida cotidiana (Vieira, 1998).

Segundo Ariès (1981), na sociedade primitiva e tradicional não havia distinção entre o mundo infantil e o mundo adulto e assim que a criança tivesse condições de sobreviver sem a presença constante da mãe, ela era inserida na comunidade, sendo cuidada por todos e ingressando no mundo dos adultos, participando de seus trabalhos e

jogos. A criança era vista como um ser produtivo e tornava-se útil na economia familiar, aprendendo e ajudando os irmãos e os pais. Por muito tempo ela não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades especiais. Como a infância não era representada na família, não havia também espaço para a construção do sentimento de amor.

Foi somente a partir do século XIV, devido ao grande movimento da religiosidade cristã, que segundo Ariès (1981), surge a criança mística ou criança anjo. Essa imagem da criança associada ao Menino Jesus ou a Virgem Maria é externada a outras crianças. A representação da criança mística, aos poucos, vai se transformando, assim como as relações familiares. O início do processo de mudança ocorre no fim da Idade Média e tem como marca o ato de mimar e paparicar as crianças, vistas como meio de entretenimento dos adultos, sobretudo nas classes elitizadas. As mudanças em relação aos cuidados das crianças só ocorrem mais tarde, no século XVII, com a interferência dos poderes públicos e a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio, antes secretamente tolerado. As condições de higiene foram melhoradas e a preocupação com a saúde das crianças fez com que os pais não aceitassem perdê-las com naturalidade.

Ariès (1981) caracteriza esse momento como o surgimento do sentimento de infância que será constituído pela “paparicação” (p.158) e pelo sentimento de apego. A criança passa a receber maior atenção dos adultos e tudo que se referia a ela torna-se assunto sério e digno de atenção. A infância passa a ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade, no qual a criança deve receber todo incentivo possível para seu bem-estar. Assim, a criança passa a assumir um lugar central na família e a atenção se volta para o desenvolvimento dela. Os cuidados dispensados às mesmas promovem uma nova afetividade que passa a ser central na sociedade.

A família começa a se organizar em torno da criança, caracterizando-se como um grupo que se volta para o cuidado dos filhos, isolado da coletividade. A família extensa, que incluía parentes e agregados, passou a ser família nuclear, composta por pai, mãe e filhos e foi deixando de lado suas funções reprodutivas e econômicas. Surge assim a necessidade de uma maior intimidade entre os membros da família que se uniu pelo sentimento e costumes em comum, dando início a uma vida privada. Para Vieira (1998), a família passou a ser o lugar de afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos, e a afetividade construída nessa relação parece ser a marca principal desse modelo

familiar. Na visão de Ariès (1981), essa família se consolida principalmente depois da Revolução Industrial, quando ocorreu uma reorganização social.

As transformações no modo de produção geraram mudanças na sociedade e na vida familiar. A produção e o controle econômico passaram dos domicílios e das comunidades para os mercados e fábricas. Os pais passaram a trabalhar fora de casa e ter menos tempo para se dedicar aos cuidados dos filhos. Em decorrência desse processo de mudança, a família foi perdendo seu poder educativo, que segundo Cunha (1996) foi “resultado de sua própria desorganização no interior da acelerada mudança social enfrentada pela cidade” (p. 321). Segundo Carvalho (2004), como a família vai perdendo o controle da produção econômica e sobre a educação das crianças, surgem instituições especializadas para fornecer o que elas já não eram mais capazes de produzir. Nesse sentido, para Carvalho (2004), com a modernidade capitalista e com as sociedades urbanas e industriais, a família e a educação se transformaram e se especializaram.

De acordo com Ariès (1981), a escola, em seu surgimento, era destinada aos cuidados das crianças órfãs, e posteriormente, passou a ser local dedicado ao ensino erudito de crianças e adultos das classes altas. Todavia, foi a partir do advento da industrialização que o Estado passou a interferir no processo de educação das crianças, com o objetivo de formar cidadãos que estivessem de acordo com as normas sociais e disciplinares estabelecidas naquele período, e sujeitos preparados para trabalhar nos moldes da sociedade industrial. De acordo com Carvalho (2004), a instituição de um sistema estatal de escolaridade compulsória e de massa, a partir do final do século XIX, representou o triunfo das instâncias públicas sobre as privadas e a instauração da superioridade da escola sobre a família na tarefa da educação para a vida moderna.

Com uma nova estrutura social, familiar e escolástica, a educação escolar passa a ser valorizada pelos pais, que desejam que seus filhos possam adquirir os conhecimentos aos quais eles não tiveram acesso. Assim, não fica mais sob a responsabilidade da família a educação das crianças: a escola foi chamada a assumir as atribuições que antes pertenciam à família tradicional. A educação passa da família para a instituição escolar, já nos moldes que conhecemos hoje.

Com o advento da escolarização, a educação que antes era significado de cuidado físico e nutrição passa a incluir preocupações intelectuais, havendo uma distinção dos papéis da família e da escola. Para Carvalho (2004) com a especialização das instituições de educação e a separação da vida pública e privada, as famílias foram

redefinidas como domínio do afeto e da intimidade e as escolas passaram a ser responsáveis pela “reprodução da cultura letrada (dominante), dos valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho, assumindo funções econômicas e ideológicas” (p. 50). A escolarização cresceu e tornou-se contexto central de desenvolvimento das crianças e jovens e assumiu, posteriormente, funções sociais e emocionais. Os papéis das duas instituições passam a ser mais bem definidos e a cada uma cabem tarefas específicas que vão se modificando ao longo do tempo e contexto social, conforme a necessidade.

Dessa forma, segundo Cunha (1996), a escola ficaria encarregada de fornecer aqueles ensinamentos que a família já não era capaz de fornecer e atender as demandas da sociedade. Assim, ela precisava estar atenta ao que o meio exigia e mediar as necessidades das famílias e da sociedade. Para Cunha (1996), a partir do século XIX, à medida que a escola incorporou a transmissão de conhecimentos científicos, ela se tornou um órgão capaz de assumir funções mais complexas no que tange o desenvolvimento das crianças e jovens, visto o enfraquecimento da ação educativa de outras instituições como a família, a comunidade e a Igreja.

De acordo com Cunha (1996), além dos conhecimentos pedagógicos, cabia ao educador buscar auxílio dos conhecimentos sociológicos e conhecer sua clientela, desenvolvendo um trabalho que atraísse os pais para o círculo escolar. A escola precisava estar atenta a tudo com o intuito de fornecer o conhecimento necessário às crianças e ainda despertar o interesse dos pais nas tarefas educativas que ela proporcionava. Diante da diversidade social e familiar, era difícil conciliar os interesses da escola e dos pais. Desde então, falar na relação entre família e escola tem-se mostrado tarefa complexa.

### **As mudanças na família no Brasil: estaria a família em crise?**

A família tem se transformado e as mudanças foram ocorrendo de forma a se adaptar às exigências do contexto histórico, social e econômico e de forma a atender melhor as necessidades de seus membros e da sociedade. Ao longo dos séculos temos presenciado intensas alterações em nossa sociedade com importantes mudanças nas configurações, funções e relações dentro da família.

Até o final do século XIX, o modelo de família predominante no Brasil era o patriarcal. Segundo Teruya (2000):

O modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos;

todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional. (pp. 3-4)

Ainda para Teruya (2000), o fortalecimento da família patriarcal se explica a partir da estrutura colonial que imperava na época, pois em um contexto onde o governo português não conseguia se fazer presente, os proprietários das terras assumiam esse poder. Em um contexto social considerado desorganizado e anormal este modelo era tido como civilizador. A casa grande teria sido o símbolo desse tipo de organização familiar e o núcleo para onde convergia toda a vida econômica, social e política da região e que influenciava a atuação da Igreja e do Estado. Para Teruya (2000), a atuação do poder patriarcal foi gestada na ausência de um Estado forte, e seu declínio se inicia a partir de uma maior atuação deste. Foi no início do século XX com o advento da industrialização e da ascensão da sociedade industrial e do capitalismo que o Estado passa a exercer maior influência. Assim, o modelo de família patriarcal e extensiva foi se dissolvendo, dando início a um processo de nuclearização da família, que passa a ser caracterizada pelo grande número de filhos, com hierarquia bem definida entre os membros e a divisão de tarefas marcada em função do gênero (Teruya, 2000).

Segundo Itaboraí (2003), muitas mulheres já estavam no mercado de trabalho, mas foi a partir dos movimentos feministas das classes médias que o trabalho feminino passou a ser mais valorizado na sociedade, e para ela “o trabalho feminino tem sido associado como causa ou condição para as mudanças em curso nas relações de gênero e, finalmente, no formato das famílias” e “para alguns, ele representa maior poder de barganha na relação familiar” (p. 158). De acordo com Almeida (2014), a mulher conquista maior independência do homem ingressando no mercado de trabalho e, assim, ocorrem mudanças nos papéis familiares: a mulher deixa de ser a única responsável pelos filhos e o homem deixa de ser o único provedor. De acordo com Wagner, Predebon, Mosmann e Verza (2005) a entrada da mulher no mercado de trabalho e sua maior participação no sistema financeiro acabou gerando um novo perfil nas famílias.

A partir dessas mudanças, a família precisa se reorganizar, principalmente no que diz respeito às atividades domésticas e ao cuidado com as crianças. A mulher passa a ter uma jornada dupla de trabalho e o pai precisa contribuir com as atividades. Para Wagner *et al.* (2005) observa-se um crescente número de pais que passam a

compartilhar ou assumir o cuidado e as responsabilidades em relação aos filhos, buscando adequar-se à nova realidade social.

Nesse sentido, além de um aumento da divisão de tarefas e do número de pais contribuindo com os cuidados dos filhos, a forma do cuidado também se alterou. Segundo Dessen (2010), na primeira metade do século XX, as crianças eram consideradas passivas e ensinadas a se submeter às vontades dos adultos. Suas opiniões e vontades eram pouco valorizadas e o espaço para negociações era mínimo. O uso de práticas coercitivas e punitivas era muito comum, especialmente no cuidado com os meninos e vindo por parte da figura paterna, que era o símbolo de autoridade mais influente na família. Para Dessen (2010), nas últimas décadas essa forma de cuidado começou a ser revista e a rigidez do pai passou a ser questionada, principalmente pela figura da mãe. Desta forma, abre-se espaço para novas formas de atuação e funcionamento dentro da família. Ocorre uma maior flexibilização dos papéis e as relações passam a acontecer de forma mais horizontal.

A chamada família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, sendo o pai o principal provedor financeiro e maior figura de autoridade e a mãe responsável pelas tarefas de casa e os cuidados dos filhos, já não é comum como era até a metade do século passado. Surgiram novas formas de relacionamentos. Houve um aumento de pessoas que vivem juntas sem estarem casadas legalmente, de famílias que são chefiadas por mulheres, de casais homossexuais, um aumento no número de divórcios e a diminuição da duração dos casamentos. As pessoas estão se casando mais tarde e adiando a chegada dos filhos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013).

Segundo Pereira (2011), “transformações profundas na sociedade contemporânea relativas à ordem econômica e a organização social apontam para uma revolução na área de reprodução humana, mudanças de valores e liberalização de hábitos e costumes” (p. 13). Para essa autora, “o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade” (p. 14). Uma maior demanda de trabalho, seja em função de uma necessidade econômica ou de satisfação pessoal, assim como uma ampliação das atividades individuais tem acarretado uma diminuição do tempo disponível para a família e filhos. Mudanças nos hábitos e valores dos indivíduos e da sociedade também têm transformado os papéis e relações dentro da família.

Segundo Wagner e Levandowski (2008), em relação à estrutura “que se refere aos aspectos relativos às regras, ao poder, aos limites e aos contratos de convivência, em muitas famílias existe tal falta de definição de fronteiras” (p. 91), levando a uma

dificuldade no estabelecimento dos limites e hierarquias entre os membros. Ainda para Wagner e Levandowski (2008), “com o passar do tempo, determinados fenômenos sócio-políticos e o avanço da tecnologia” (p. 88), a definição da configuração de um grupo familiar torna-se ainda mais difícil.

Segundo o Artigo 226 da Constituição Federal Brasileira (1988), a família é base da sociedade e tem proteção do Estado. Nela considera-se família a união estável entre homem e mulher e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Essa definição, porém, está longe de abranger as inúmeras configurações familiares existentes no Brasil, visto o variado número de arranjos que se apresentam atualmente. Para Wagner e Levandowski (2008), a família já não pode ser pensada unicamente a partir do modelo nuclear tradicional.

A família perdeu muitas de suas características tradicionais, no que se refere à composição, à estrutura e ao funcionamento. A autoridade dos pais tem sido questionada, e a definição dos papéis de seus membros, assim como de quem pertence à família, já não é tão fácil. Estaria ocorrendo uma fragilização dos vínculos familiares e um enfraquecimento da coesão e da segurança da instituição familiar? Em função de todas essas mudanças, muito tem se falado a respeito de uma suposta “crise da família”. Estaria a família em crise?

De acordo com Wagner e Levandowski (2008), ainda que essa ideia de crise da família tenha gerado muitas discussões, pesquisadores e profissionais da área observam que, apesar das mudanças, a família continua sendo lugar privilegiado e de segurança, responsável por importantes aprendizados dos indivíduos. Para Wagner e Levandowski (2008), a coexistência de diferentes modelos abre espaço para a pluralidade e a necessidade de se aceitar e conviver com a diferença, e apesar das dificuldades, aquelas famílias que são capazes de se organizar de maneira a ter bem definidas as fronteiras e hierarquias que são fundamentais para o cuidado e bem-estar daqueles que estão envolvidos podem se desenvolver de forma bastante saudável e exitosa.

Nesse sentido, mais do que uma “crise da família”, o que vem ocorrendo é uma crise dos modelos que foram estabelecidos em outros tempos e dos paradigmas prevalentes em outros momentos. Desse modo, abre-se cada vez mais espaço para o novo e para as novas formas de organização e de negociação dentro das famílias. Assim, por mais que haja mudanças em sua configuração e em sua estrutura, o mais importante é que a família seja capaz de organizar-se no sentido de atender as necessidades e proporcionar um desenvolvimento saudável a todos os seus membros.

### **Família e escola: quais seus papéis?**

A família e a escola são contextos fundamentais para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Esses contextos são especialmente importantes para a aprendizagem, a construção de valores e crenças, bem como de outras habilidades essenciais para um bom convívio em sociedade. Assim, família e escola podem contribuir de forma positiva ou negativa para o desenvolvimento humano. Conforme afirmaram Dessen e Polônia (2007), a família e a escola são fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, “atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social” (p. 22).

Quando se deu o surgimento da escola, as funções de cada uma eram um pouco mais claras. Todavia, com o passar do tempo, a escola também precisou se modificar, visto que o contexto no qual estava inserida e o público ao qual atendia já não eram mais os mesmos. Apesar de existirem certos papéis esperados para cada uma, de acordo com Silveira (2009), como família e escola compartilham tarefas educativas, surgem dificuldades quanto à definição e à delimitação das funções de cada uma.

Para Dessen e Polônia (2007), a família é responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes na sociedade e é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como principal mediadora dos padrões, modelos e influências culturais. Para Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a responsabilidade da família perante as crianças, em termos de modelo, é chamada de socialização primária, e sua tarefa principal é orientá-las na aquisição dos comportamentos que são considerados adequados na cultura em que estão inseridas. Nesse sentido, na família, a criança deveria aprender a se relacionar, resolver seus conflitos, identificar e controlar as emoções e sentimentos e expressá-los de forma adequada, enfrentar as primeiras frustrações e construir valores. A família tem, portanto, grande impacto no desenvolvimento dos indivíduos, especialmente das crianças, uma vez que influencia na forma de agir, de pensar, de ver a si, o outro e o mundo e na forma em que constrói suas relações.

De acordo com Dessen e Polônia (2007), os laços formados dentro da família podem ser desencadeadores de um desenvolvimento saudável e de padrões positivos que possibilitarão um ajustamento do indivíduo a outros ambientes em que ele participará. Essa aprendizagem que ocorre no ambiente familiar irá repercutir em outros ambientes onde a criança posteriormente irá interagir. Nesse sentido, seria

responsabilidade da família contribuir na formação de caráter de seus filhos, ensinando valores éticos e morais.

De acordo com Silva (2014), é preciso que a família trabalhe valores, tais como responsabilidade, abertura e acolhida, os quais são necessários para superar o individualismo. Dessa maneira, o convívio e o trabalho em grupo podem acontecer de forma mais harmoniosa, quando a criança passar a interagir no ambiente escolar e na comunidade. É no ambiente familiar que a criança experimentará as primeiras formas de se relacionar. Assim, cabe à família ensinar-lhe a maneira mais adequada de comportar-se, de expressar suas opiniões e desejos, respeitando a si e também ao outro.

A escola, por sua vez, tem maior participação na transmissão dos conhecimentos científicos, dos saberes formais e no desenvolvimento das habilidades cognitivas. Na escola, a aprendizagem acontece de forma mais organizada e estruturada do que no ambiente familiar. Ali, a criança tem espaço para inúmeras tarefas e cada uma delas contribui de alguma maneira para seu crescimento.

Para Oliveira e Marinho-Araújo (2010), a escola tem como principal função a transmissão do saber sistematizado das diferentes áreas de conhecimento e da cultura erudita. Para Polônia e Dessen (2005), a escola é um contexto multicultural e diversificado onde pessoas com diferentes características estabelecem relações e se preparam para a vida em sociedade. A escola, portanto, não deve visar apenas à transmissão dos conteúdos, mas buscar a formação de um cidadão crítico e agente de transformação da sociedade em que está inserido, uma vez que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ideias, ideais, crenças e valores.

A forma de aquisição do conhecimento e as relações que se estabelecem no ambiente familiar são diferentes daquelas que acontecem na escola. Mas, como na prática não há uma distinção tão clara do que cabe a cada um, acabam havendo dificuldades tanto na atuação dos pais quanto da escola.

### **Relação família-escola: dificuldades, vantagens e possibilidades**

Segundo diversos autores (Oliveira & Marinho-Araújo, 2010; Saraiva-Jungles & Wagner, 2016; Silveira, 2009), família e escola dividem funções referentes à socialização e à educação das crianças e não podem ser vistas como contextos isolados. Para tanto, uma boa relação entre esses dois contextos mostra-se indispensável para um melhor desenvolvimento da criança, uma vez que um influencia diretamente no funcionamento do outro, e os dois atuam de forma complementar (Saraiva-Jungle, 2015; Silveira & Wagner, 2009, 2012; Souza & Arruda, 2017). Nos últimos tempos, diversos

autores têm-se dedicado a estudar e entender melhor a relação que se estabelece entre família e escola, e seus estudos têm mostrado que uma boa comunicação é relevante para um melhor desenvolvimento das crianças e dos adolescentes em diferentes aspectos (Almeida, 2014; Dantas, 2016; Dessen & Polônia, 2007; Ferreira & Barrera, 2010; Marcondes & Sigolo, 2012, Pereira, 2011; Santos, 2007; Sarmiento, 2005; Silva, 2014; Silveira, 2009; Soares, 2010; Souza & Sarmiento, 2010).

Apesar de que esses estudos tenham sugerido que há vantagens nessa aproximação, família e escola ainda têm encontrado dificuldades para tal. A seguir, serão apresentadas algumas das principais dificuldades encontradas no estabelecimento de uma boa relação entre família e escola, assim como suas vantagens. Por fim, serão apresentadas possibilidades para que essa relação aconteça de maneira bem-sucedida.

### **Dificuldades**

De acordo com Silveira (2009) e Souza e Arruda (2017), a relação família-escola ainda é marcada por um “jogo de empurra” quando se refere às responsabilidades educativas de ambas. A família espera que a escola possa dar conta de alguma demanda que ela mesma não foi capaz de cumprir, ou que até mesmo acredita que seja função da escola. A escola espera que a família possa ter cumprido com excelência seu papel na socialização e educação da criança até aquele momento, o que muitas vezes não acontece. Uma espera que a outra cumpra determinada função. Expectativas são geradas, iniciando assim, uma disputa e a culpabilização do outro quando essas não são atendidas.

Para Soares (2010), a escola se vê diante de dificuldades educacionais ligadas ao desrespeito, à desordem e a falta de limites de seus alunos e as considera como responsabilidades da família, que, por sua vez, nutre uma expectativa em relação à escola no sentido de suprir esses ensinamentos. Para Soares (2010), apesar de caber à família inúmeras responsabilidades educacionais, sabe-se que essa necessita de apoio para cumprir tais tarefas de maneira mais eficaz, e ao invés de família e escola se complementarem, costumam concorrer entre si.

O suposto desinteresse das famílias pelo processo educativo dos filhos também interfere de forma negativa nessa relação. Segundo diversos autores (Costa, 2012; Oliveira & Araújo-Marinho, 2010; Polônia & Dessen, 2005; Sarmiento, 2005; Souza & Sarmiento, 2010), essa visão está distorcida, uma vez que os pais, independente de sua classe social ou nível de instrução, costumam dar muita importância à educação escolar dos filhos e gostariam de estar mais envolvidos com a mesma. Para Souza e Sarmiento

(2010), a dificuldade em encontrar horários e espaços adequados e a falta de abertura para opiniões externas por parte da escola dificulta em muito a comunicação e, conseqüentemente, uma melhor relação.

De acordo com Marcondes e Sigolo (2012), a forma como a comunicação ocorre também gera afastamento entre pais e professores. Nos momentos em que escola e família estão em contato, os assuntos são sempre referentes ao rendimento escolar e ao mau comportamento dos alunos. Isso acaba causando um afastamento ainda maior, visto que as famílias são tidas como “culpadas” por esses resultados. Para Silveira (2009), o afastamento ocorre principalmente porque os pais não se sentem capacitados para a tarefa de educar os filhos, seja por terem um baixo nível de instrução, por acreditarem que os professores são os profissionais mais habilitados para tal ou por considerarem o saber da escola inquestionável.

Por outro lado, também para diversos autores (Dantas, 2016; Ferreira & Barrera, 2010; Oliveira & Araujo- Marinho, 2010; Souza & Sarmento, 2010), apesar de a escola esperar um maior envolvimento dos pais na tarefa educativa, esse muitas vezes não é bem visto, uma vez que a escola teme perder sua autoridade dentro da instituição. De acordo com Oliveira e Araujo- Marinho (2010), ainda são impostos limites para a participação da família dentro da escola, já o contrário não costuma acontecer, uma vez que a escola se sente autorizada a adentrar nas questões familiares e se considera apta a interferir e estabelecer referências para as atitudes e participação da família.

Segundo Polônia e Dessen (2005), apesar de uma boa relação entre família e escola ser capaz de reverter diversos aspectos negativos que permeiam esses dois ambientes, a escola ainda minimiza a influência de outros contextos sobre o desenvolvimento do aluno, ignorando essas experiências e enfatizando apenas aqueles conteúdos formalizados no currículo escolar. Isso mostra o quanto a escola ainda não está preparada para aceitar os pais como verdadeiros parceiros na missão de educar, pois ainda desqualifica a habilidade da família e não acredita na real potencialidade dessa relação.

### **Vantagens e possibilidades**

De acordo com Dessen e Polônia (2007), a estrutura e o contexto familiar têm forte impacto sobre os índices de evasão e repetência escolar, podendo evitá-los ou intensificá-los. A família pode interferir de diferentes formas nesse processo, influenciando positivamente o interesse do filho e contribuindo com a aprendizagem. Segundo Ferreira e Barrera (2010), um ambiente familiar que disponha de jogos, livros

e outros materiais educacionais e de leitura, assim como um lugar adequado para o estudo e a realização de tarefas escolares, potencializa as habilidades cognitivas e facilita a aprendizagem da criança. Apenas a presença desses recursos, porém, não é suficiente; é necessário que haja um adulto disponível para servir de mediador, facilitando e tornando mais prazeroso esse processo. Mesmo nos casos em que os pais não têm instrução e não saberiam como realizar determinada tarefa, podem ajudar apenas estando presentes e incentivando o filho naquele momento.

A ação do ambiente familiar na vida da criança é muito significativa. Assim, a família tem o poder de exercer grande influência no interesse da criança em relação às atividades escolares. A escola, por sua vez, pode contribuir oferecendo seu espaço e incentivando a participação dos pais no ambiente escolar e nas tarefas que dizem respeito a ela. Para Silva (2014), a integração entre família e escola contribui para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e social, e a escola precisa reconhecer e valorizar essa participação, assim como orientar às famílias a respeito de como exercer seu papel na educação.

Para muitos autores (Almeida, 2014; Dessen & Polônia, 2007; Ferreira & Barrera, 2010; Pereira, 2011; Polônia & Dessen, 2005), é tarefa da escola inserir em seu projeto pedagógico ações que propiciem articulações e aproximem a escola da comunidade, abrindo espaço para reconhecer, valorizar e trabalhar as práticas educativas familiares e utilizá-las como importante recurso no processo de desenvolvimento da criança. Segundo Souza (2014), a aproximação nessa relação deveria ter como ponto de partida a escola e os agentes envolvidos nela, visto que são eles os especialistas. Além disso, os pais se sentem mais seguros quando são orientados de perto pelos profissionais da educação. Nesse sentido, a escola pode exercer sua função educativa também junto aos pais, discutindo, informando e orientando sobre variados assuntos, para que possam, em parceria, proporcionar um desenvolvimento mais satisfatório à criança. Para Nogueira (2006), cada vez mais a escola busca informações a respeito da vida familiar de seus alunos com o intuito de compreender melhor a criança e obter continuidade entre as ações desses dois importantes contextos. De acordo com Dantas (2016), compete a escola não somente lecionar conteúdos, mas estar atenta aos seus alunos e ser capaz de perceber, identificar e agir diante de alguma situação que esteja interferindo no desenvolvimento do aluno.

De acordo com Almeida (2014), para que isso aconteça é fundamental que a escola demonstre interesse pelo que acontece na vida do aluno e valorize os

conhecimentos que ele adquire também fora da escola, incentivando e criando oportunidades para que a família se sinta à vontade para participar da vida escolar da criança. Essa aproximação pode acontecer de diferentes formas. Para Pereira (2011), a escola deve envolver a família em ações rotineiras, como na participação ativa na construção do currículo escolar, nas associações de pais e mestres, em conselhos de classe, em reuniões administrativas e pedagógicas.

No mesmo sentido, para vários autores (Ferreira & Barrera, 2010; Silva, 2014), é necessário que a família também demonstre interesse pelo trabalho realizado pela escola, pois além de abrir a possibilidade para aproximação, a criança se sente muito mais estimulada e segura quando percebe que a família se interessa e valoriza a vida escolar. Para Ferreira e Barrera (2010), como forma de aproximação, os pais devem se interessar pela rotina escolar dos filhos, questionando sobre as saídas e as amizades, assistindo nas lições de casa e lendo para as crianças. Para Dantas (2016), os pais podem ajudar a estabelecer uma rotina de estudos e envolver-se na proposta pedagógica da escola. Entende-se que a família deve se esforçar para estar mais presente em todos os momentos da vida escolar de seus filhos, criando condições para que eles tenham sucesso tanto na sala de aula como fora dela.

Em síntese, quando se trata da relação família-escola, encontram-se ainda muitas dificuldades. Todavia, uma boa relação entre esses dois contextos contribui significativamente para o sucesso educativo e um bom desenvolvimento de crianças e adolescentes. Essa aproximação só ocorrerá, porém, se ambas estiverem interessadas, empenhadas e abertas, buscando reconhecer suas responsabilidades e não julgando uma a outra. Possibilitando, assim, uma relação onde cada contexto seja respeitado e valorizado, abrindo espaço para uma nova comunicação entre ambos e estabelecendo novas práticas que beneficiem a todos os envolvidos.

### **Considerações finais**

Apesar das inúmeras modificações que aconteceram principalmente em relação às configurações e aos papéis de cada membro, a família tem se modificado a fim de se ajustar às mudanças ocorridas no contexto social e tem se mostrado capaz de cumprir com as funções que são esperadas dela. Em relação à escola, apesar de algumas mudanças, essa tem se mostrado um pouco mais rígida em sua configuração e papel, dificultando inclusive a abertura para interferências externas, como a opinião e a presença da família.

Foram evidenciadas inúmeras dificuldades quando se trata da aproximação entre família e escola, assim como os benefícios de se estabelecer uma boa relação. Ambas exercem funções complementares que se tornam mais difíceis se exercidas de forma isolada.

As práticas familiares podem contribuir para o bom rendimento escolar da criança na medida em que os pais demonstram interesse pelas atividades e pelos conteúdos escolares. Um envolvimento ideal dos pais está relacionado principalmente à importância dada à educação e ao investimento de tempo e recursos disponibilizados para tal. É importante que a criança perceba que a família valoriza e se preocupa com a aprendizagem e que está atenta ao que acontece no ambiente escolar. A família deve buscar se relacionar de forma harmônica com a comunidade escolar, mostrando que compreende o processo educativo e que se coloca como parceira da escola. O envolvimento dos pais pode acontecer de diferentes maneiras, seja por interesse próprio ou por incentivo da escola.

A escola deve incentivar que a família participe não somente de reuniões e em momentos pontuais, mas que possa participar opinando e sugerindo ações que visem um melhor aproveitamento desse espaço educativo. A escola, como instituição responsável por formar cidadãos atuantes e participativos, deve ser capaz também de construir uma relação de diálogo entre todas as partes envolvidas nesse processo, abrindo espaço para que todos sejam ouvidos, onde haja uma troca mútua de saberes. Os pais devem participar ativamente nesse processo, se interessando e buscando também meios de estar em contato com a escola. Devem tentar participar sempre que solicitados e envolver-se nas tomadas de decisão, atuando também como protagonistas. A implementação de estratégias que aproximam a família da escola traz benefícios para todos.

Essa relação deve ocorrer de forma horizontal, havendo confiança no trabalho de ambas as partes. A escola precisa conhecer os familiares e saber como lidar com cada aluno, trabalhando com diferentes realidades e dividindo responsabilidades. Assim como a escola precisa conhecer seu aluno e estar atenta ao que acontece com eles em outros ambientes, a família também tem a obrigação de demonstrar interesse pelas tarefas educativas da escola e estimular o interesse da criança pelas mesmas. Uma boa educação é tarefa de ambas, assim, uma deve auxiliar a outra completando e suprimindo necessidades.

Visto que família e escola buscam atingir objetivos comuns, devem caminhar no sentido de superar as dificuldades e os conflitos existentes nessa relação. É necessário

que as duas conheçam suas realidades e limitações e busquem soluções que permitam o entrosamento entre si. O ideal é que família e escola possam seguir um mesmo caminho, traçando metas e estipulando objetivos a fim de aproximar os dois contextos. Ambos são fundamentais para o desenvolvimento e não podem prescindir da parceria uma da outra. É necessário que a parceria seja realizada buscando superar as dificuldades que existem, sempre com o objetivo de estimular e contribuir para um melhor desenvolvimento do estudante. Dessa forma, é fundamental que as famílias tenham acesso ao ambiente escolar do filho, participando de reuniões, eventos e projetos, e que a escola reconheça os limites e possibilidades das famílias e alunos, buscando uma comunicação clara e efetiva a fim de atingir uma relação harmoniosa e aprendendo a lidar com as diferenças, convergências e conflitos.

É possível que essa interação aconteça de forma positiva, posto que os envolvidos possam se empenhar em realizar suas funções dentro desse processo por meio das diversas formas existentes para tal. Para isso, cada escola deve trabalhar em conjunto com os pais, buscando formas de relacionamento e de atuação que sejam compatíveis com a sua realidade. É necessário que ambas assumam suas responsabilidades e tracem objetivos que visem proporcionar à criança uma aprendizagem e educação voltada para a formação de um cidadão consciente e autônomo.

Este trabalho contribui para um maior entendimento da temática família-escola, uma vez que apresenta uma visão mais ampla dos aspectos envolvidos nessa complexa relação. Ainda, a partir do conteúdo exposto, buscou-se expor algumas possibilidades para a aproximação desses dois importantes contextos de desenvolvimento. Contudo, o trabalho apresenta limitações. No que diz respeito à delimitação do objetivo, devido a amplitude e complexidade da temática, foi difícil abordar com mais profundidade todos os aspectos apresentados.

Nesse sentido, fica evidente a necessidade de mais estudos a respeito da temática que possam abordá-la com mais profundidade e que possam explicitar de maneira mais metódica de que forma pode ocorrer uma aproximação entre família e escola.

## Referências

- Almeida, E. B. (2014). *A relação entre pais e escola: a influência da família no desempenho escolar do aluno*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família* (D. Flaksman, Trad.). Rio de Janeiro: LTC Editora. (Obra original publicada em 1973).
- Caetano, M. L. (2005). Obediência e moralidade na relação pais e filhos: educando para a paz. *Revista de Educação do Cogeime*, 14(27), 9-22.
- Carvalho, M. E. P. (2004). Modos de educação, gênero e relações escola-família. *Cadernos de Pesquisa*, 34(121), 41-58.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília. Recuperado em 9 de maio de 2017, de [http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988\\_07.05.2015/art\\_226.asp](http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_07.05.2015/art_226.asp)
- Costa, H. M. (2012). *Relação Família/Escola, duas realidades. Uma visão de Ecologia Humana*. Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Cunha, M. V. (1996). Escola renovada e a família desqualificada: do discurso histórico-sociológico ao psicologismo na educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 77(186), 318-345.
- Dantas, A. L. (2016). *Família e escola*. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil.
- Dessen, M. A. & Polonia, A. C. (2007). A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, 17(36), 21-32.
- Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: Desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e profissão*, 30(núm. esp.), 202-219.
- Ferreira, S. H. A. & Barrera, S. D. (2010). Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil. *PSICO*, 41(4), 462-472.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Recuperado em 18 de abril de 2017, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default.shtm>
- Itaboraí, N. R. (2003). Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 20(2), 157-176.

- Marcondes, K. H. B. & Sigolo, S. R. R.L. (2012). Comunicação e Envolvimento: Possibilidades de Interconexões entre Família-escola? *Paidéia*, 22 (51), 91-99.
- Nogueira, M. A. (2006). Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educação e Realidade*, 31(6), 155-170.
- Oliveira, C. B. E. & Marinho- Araujo, C. M. (2010). A relação família-escola: intersecções e desafios. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(1), pp.99-108.
- Pereira, É. P. S. (2011). *Escola e família: Uma parceria possível no Ensino Fundamental da 5ª série da Escola Municipal Zenor Pereira Teixeira- Município de Santa Brígida/BA*. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade Sete de Setembro, Paulo Afonso, Bahia, Brasil.
- Polônia, A. C. & Dessen, M. A. (2005). Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2) 303-312.
- Santos, R. (2007, abril). O papel da família e da escola no processo contemporâneo de socialização primária: uma reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. *X Simpósio Internacional Processo Socializador*, Campinas, SP, Brasil, 1-4.
- Saraiva- Jungles, L. A. (2015). *A relação família-escola sob a perspectiva do professor de ensino fundamental*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Saraiva- Jungles, L. A. & Wagner, A. (2016). Os estudos sobre a Relação Família-Escola no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista Educação*, 39(número especial), 114- 124.
- Sarmento, T. (2005). (Re)pensar a interação escola-família. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 53-75.
- Silva, R. B. (2014). *Família e escola: uma parceria para o processo ensino aprendizagem*. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil.
- Silveira, L. M. O. B. (2009). Família e escola: em busca de uma (re)aproximação. *Revista Eletrônica Polem!ca*. Recuperado em 30 de julho, 2017 de [http://docs12.minhateca.com.br/206472806,BR,0,0,FAM%C3%8DLIA-E-ESCOLA-EM-BUSCA-DE-UMA-\(RE\)APROXIMA%C3%87%C3%83O.pdf](http://docs12.minhateca.com.br/206472806,BR,0,0,FAM%C3%8DLIA-E-ESCOLA-EM-BUSCA-DE-UMA-(RE)APROXIMA%C3%87%C3%83O.pdf)

- Silveira, L. M. O. B. & Wagner, A. (2009). Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 13(2), 283- 291.
- Silveira, L. M. O. B. & Wagner, A. (2012). A interação família-escola diante dos problemas de comportamento da criança: estudos de caso. *Psicologia da Educação*, 35, 95-119.
- Soares, J. M. (2010). Família e Escola: Parceiras no Processo Educacional da Criança. Recuperado em 27/06/20, de <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1853>
- Sousa, M. M. & Sarmiento, T. (2010). Escola- família- comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 17(18), 141-156.
- Souza, L. L. & Arruda, E. (2017). Escola e família na educação em valores: alguns (des)encontros: In L. S. C. Dani, & L. B. L. Freitas (Orgs.), *Reflexos sobre educação moral* (1ª Ed.) (pp. 59-88) . São Paulo: Mercado das Letras.
- Teruya, M. T. (2000, outubro). A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambú, MG, Brasil, 23-27.
- Vieira, F. B. (1998). *Verso e reverso das mudanças nas famílias de camadas médias no DF*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Wagner, A. & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Revista Textos & Contextos*, 7(1), 88-97.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (2), 181-186.